

Arranjos Produtivos Locais e a reprodução do modelo excludente de desenvolvimento no Brasil

Documento para su presentación en el VIII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP. (Madrid, España) del 25 al 28 de septiembre de 2017.

Autor(es): Roedel, Daniel e Gomes, Eloiza

Email: droedel01@gmail.com e eloizaoliveira@uol.com.br

Resumen/abstract:

Num ambiente pautado pela lógica de mercados globais, decisões nacionais de países emergentes são transferidas para empresas transnacionais, agências multilaterais e investidores. Em articulação com os Estados nacionais, predomina uma atuação em favor dos mercados globais. Estratégias de desenvolvimento enfatizam a inserção competitiva em detrimento de opções autônomas de superação das assimetrias radicalizadas pela globalização. Este é o contexto em que se aborda a alternativa de desenvolvimento local, notadamente a experiência brasileira em Arranjos Produtivos Locais. Propostos como alternativa de resgate do espaço local por meio da ação integrada entre governos, iniciativa privada e sociedade civil buscando um desenvolvimento inclusivo, limitam-se a reproduzir o modelo hegemônico.

Palabras clave: Desenvolvimento; dependência; Arranjos Produtivos Locais.

Nota biográfica:

Daniel Roedel

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com tese aprovada com louvor. MSc em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV-RJ (2009) e DEA em Inteligência Competitiva – Université Aix-Marseille Faculté des Sciences et Techniques de St. Jérôme. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Eloiza Gomes

Psicóloga e Pedagoga, com Mestrado em Psicologia Escolar. Concluiu o Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). É Diretora do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da UERJ.

Introdução

O debate sobre desenvolvimento na América Latina e no Brasil teve forte presença no século XX até os anos 1970, quando o processo de globalização de mercados começa a se impor. De início, o debate foi caracterizado pela necessidade de se cumprir etapas para a superação do subdesenvolvimento, cujo modelo seguido foi o dos países capitalistas centrais industrializados.

Nesse contexto, predominaram a visão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o entendimento de que o desenvolvimento se daria pela industrialização, com a proposta de substituição de importações, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que enfatizava a necessidade de se criar uma burguesia nacional que liderasse uma revolução capitalista nacional que promovesse o desenvolvimento. Por suas ideias centrais o grupo ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista.

Posteriormente, foram incorporados estudos que convergiam para uma constatação de que o subdesenvolvimento brasileiro e da América Latina não se constituíam de uma etapa inferior em relação aos países de capitalismo avançado e que deveria evoluir gradativamente ao padrão adotado por esses países, mas era uma condição para essa posição que os países centrais do capitalismo possuíam. Assim, o capitalismo dos países periféricos cumpria um papel de dependência no sistema, papel que, no caso brasileiro, era reforçado internamente pela burguesia nacional, cujos interesses históricos se constituíram vinculados aos dos países centrais, especialmente Inglaterra, França e Estados Unidos. Esses argumentos se consagraram como a Teoria da Dependência.

Para o âmbito deste artigo não cabe um aprofundamento nesse debate, mas sim resgatar algumas contribuições que são relevantes e atuais para o entendimento acerca dos alcances e limites que podem ter a intenção de desenvolvimento local (DL) por meio do incentivo a Arranjos Produtivos Locais (APL) no Brasil. Portanto, serão abordadas algumas ideias presentes nos trabalhos de Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, protagonistas da Teoria da Dependência, e de Celso Furtado e Florestan Fernandes, que também apontaram a dependência e limitações do desenvolvimento do capitalismo como projeto autônomo no país (Bresser-Pereira, 2010)¹.

¹ Há também os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto que propõem uma dependência associada, na qual os países latino-americanos deveriam buscar uma associação com os

Desenvolvimento e dependência

Durante o século XX e principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, a oposição entre dois projetos distintos de organização econômica e social – capitalismo e socialismo –, influenciou fortemente as reflexões e proposições de modos de desenvolvimento para os países do denominado terceiro mundo².

Inicialmente, a predominância foi por uma concepção de desenvolvimento que se daria pela:

Adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (Dos Santos, 2015: 18).

Assim, propunha-se que os países do terceiro mundo incorporassem o modelo econômico e social desses países como projeto de desenvolvimento, superando gradativamente o subdesenvolvimento. A ação do Estado no fomento ao processo de substituição de importações marcou a opção.

O alcance restrito do projeto de desenvolvimento³, como superação gradativa das condições de subdesenvolvimento e assimilação do modo de vida e dos padrões socioeconômicos dos países centrais, evidenciou os limites do capitalismo em universalizar o modelo proposto. Para Dos Santos, subdesenvolvimento e desenvolvimento são então entendidos como produtos históricos do próprio desenvolvimento do capitalismo, cuja organização como um sistema mundial ao mesmo tempo que produzia o desenvolvimento e trazia no bojo o subdesenvolvimento. Ou seja, as periferias dos países de capitalismo avançado se estabeleceram como economias capitalistas “num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças

países dominantes na ordem capitalista favorecendo a entrada de poupança externa para financiar o desenvolvimento. Mas o argumento desconsidera o papel da poupança interna no financiamento do desenvolvimento e a ação das empresas multinacionais na apropriação dos mercados dos países subdesenvolvidos em busca de maior lucratividade (Bresser-Pereira, 2010: 37).

² Conforme o período histórico são denominados países subdesenvolvidos, países do terceiro mundo ou países emergentes, e pode incorporar um número maior ou menor de países, mas que geralmente se refere aos países em que o desenvolvimento econômico e social se configura como inferior aos países centrais no capitalismo, tais como: Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Reino Unido.

³ Segundo Tenório (2007: 75) “As medidas propostas pela Cepal deveriam reverter em benefícios para a maioria dos grupos sociais existentes nos países periféricos. Na prática, o que se viu foi um efeito negativo dentro dos próprios países periféricos, que nos anos 50 assistiram a uma acentuada concentração de renda e conseqüentemente maiores desigualdades sociais. [...], no entanto, [...] se conseguiu nesses países um crescimento econômico que não vinha ocorrendo anteriormente; em contraposição, o desejado desenvolvimento econômico foi uma desilusão [...]”.

imperialistas” (2015: 26), que se consolidaram e condicionaram o desenvolvimento dependente do capitalismo nos demais países (Dos Santos, 1991).

Sob essa ótica, a condição de dependência está presente na própria formação histórica da América Latina, constituída como instrumento dessa relação subordinada às economias centrais, como produto da expansão do capitalismo nesses países. E as relações aqui estabelecidas, servis e escravistas foram, desde a origem, inseridas no projeto colonial voltado para a acumulação capitalista (Dos Santos, 2015), aspecto que moldou também as burguesias nacionais e impôs limitação à construção de projetos nacionais de desenvolvimento. É, portanto, uma subordinação decorrente da expansão do capitalismo a partir do século XIX e produto da própria lógica de construção capitalista na periferia, cuja burguesia não se contrapôs, mas a ela se associou.

A relação de dependência com os países centrais do capitalismo foi reforçada também pelo financiamento dos capitais internacionais e pelo acesso a tecnologias que apoiassem o processo de industrialização e aumento da competitividade ocorrido a partir dos anos 1930. (Dos Santos, 2015; Marini, 2000).

Essas considerações marcaram a construção da Teoria da Dependência, que buscou romper com o modo subordinado de desenvolvimento predominante, o que para Dos Santos possibilitou:

(...) mostrar os laços entre nossas sociedades e economias nacionais e regionais e a economia mundial sob a forma de imperialismo. Seria impossível conceber as relações socioeconômicas que se desenvolviam no interior de nossas sociedades sem iluminá-las com a expansão do capitalismo mundial desde o centro para a periferia. Mas seria também impossível compreender corretamente as economias centrais sem vinculá-las à expansão colonial e imperialista (2015: 107).

A Teoria da Dependência se propôs a explicar tanto a origem da dependência dos países periféricos como as condições de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo, sendo que para os países periféricos essa relação impunha limites para projetos de desenvolvimento que se pautassem na importação do modelo capitalista hegemônico. Já para os países centrais, o subdesenvolvimento da periferia era uma condição necessária para a acumulação e o desenvolvimento de suas economias.

Assim, a trajetória histórica de dependência do capitalismo no Brasil é alimentada e garantida por uma burguesia que não se formou por rupturas com a ordem anterior, mas a partir da herança colonial e imperial, cuja independência de

classe se realiza pela dependência com relação à ordem externa, não se constituindo como projeto autônomo. Pelo contrário, ao reforçar os vínculos com o capitalismo dos países centrais, constituiu-se por uma burguesia similar às demais, cujos interesses priorizam a preservação do sistema. E, por ser dependente do capitalismo internacional, adotou uma posição reacionária, mesmo em termos capitalistas. (Marini, 2000). Desse modo, não pode ser considerada como burguesia nacional portadora de um projeto autônomo de desenvolvimento, mas intimamente vinculada ao capital externo, porém fundamentalmente subordinada, pois:

[...] ainda quando realmente se trate de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional, como, principalmente, a nível internacional (Marini, 2000: 106).

Conforme Dos Santos (1991), o capitalismo brasileiro deve ser entendido como um processo dialético entre o interno e o externo, no qual a forma, o funcionamento e a especificidade do interno são a expressão do modo de sua inserção no externo. A dependência é parte integrante dessa relação, cujas causas estão tanto nas características internas da formação social, como na articulação que se dá no nível externo.

Assim, mais do que uma condição a ser superada, para as elites nacionais a dependência externa se constituiu numa condição de existência e de dominação no âmbito interno (Marini, 2000; Fernandes, 2009; Dos Santos, 2015). É este sentido que historicamente predomina na concepção de projetos de modernização, que não se viabilizam a partir de rupturas e de superação da ordem anterior, mas a partir dessa própria ordem. Trata-se, portanto, de uma:

Organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade [que] sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida (Fernandes, 2009: 21).

Esse aspecto da formação da burguesia nacional e do próprio capitalismo no país justifica o seu caráter autoritário e excludente, pois, do mesmo modo que não se formou um projeto de desenvolvimento com alguma autonomia, também não se formou um projeto de país que mesmo dentro dos marcos capitalistas reproduzisse um

mercado de trabalho, de consumo e de uma democracia liberal que acompanhou os países capitalistas centrais no século XX.

Foram os interesses particularistas dessas camadas privilegiadas que se constituíram em interesses nacionais e que atuaram em favor dos interesses externos em detrimento de demandas internas e que representaram também os interesses dessas elites, unindo o arcaico ao moderno e produzindo a modernização do arcaico ou a arcaização do moderno (Fernandes, 2009).

Nesse modelo criam-se economias com papéis a desempenhar na ordem capitalista mundial. Aos países centrais são reservados os estágios mais avançados de desenvolvimento; aos países periféricos a produção a baixo custos e a transferência de excedentes econômicos para alimentar o modelo de desenvolvimento nos países centrais. Setores internos nos países dependentes atuam predominantemente para consolidar e reproduzir essa relação, fazendo com que a dependência seja um bom negócio para as partes (Fernandes, 2009).

O vínculo das burguesias nacionais do capitalismo dependente com as burguesias dos países centrais fragiliza e inibe iniciativas de mudanças econômicas, sociais e políticas, mesmo aquelas que se propõem a operar dentro da ordem capitalista. Ou seja, as próprias revoluções burguesas, que obtiveram êxito nos países centrais e tornaram o capitalismo hegemônico, enfrentam obstáculos para se instaurar no país, uma vez que os interesses dominantes estão associados e os papéis já definidos nessa ordem. O que prevalece é a configuração de um papel periférico na divisão internacional do trabalho, no qual as burguesias dos países centrais se apoiam nas burguesias locais na apropriação do excedente econômico e que atuam em favor dessas economias em detrimento de projetos mais autônomos de desenvolvimento. As burguesias locais, identificadas econômica e culturalmente com os interesses externos, fortalecem e legitimam essa ordem. Mudanças são operadas a partir dessa relação de dependência e não em oposição a ela (Furtado, 1984).

Do mesmo modo, as demandas internas negligenciadas pela relação de dependência, e que buscam se viabilizar por meio de mudanças fora da ordem burguesa, enfrentam fortes reações golpistas articuladas tanto interna quanto externamente. Esses são aspectos de uma mesma condição: a ordem do capital que se expressa por meio de burguesias que ocupam posições que se complementam e constroem uma hegemonia burguesa que articula e estrutura os interesses de classe, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos do capitalismo; nacional e

internacional operam como partes integrantes de um mesmo projeto (Fernandes, 2009).

As questões aqui abordadas no âmbito do pensamento de Dos Santos, Marini, Furtado e Fernandes, embora tenham sido marcantes no debate político e econômico nos anos 1960 e 1970, são úteis para se entender possíveis limitações para a construção de projetos autônomos de desenvolvimento por parte dos países denominados de capitalismo tardio. Se considerarmos a atual financeirização da economia mundial e o sistema de dívidas públicas que transfere recursos desses países para os países centrais, temos o acirramento das condições adversas e o comprometimento da capacidade de se criar alternativas que viabilizem desenvolvimentos e promovam alguma justiça social. As dívidas públicas dos países dependentes repercutem na composição dos orçamentos públicos, que reservam elevados recursos para o pagamento de dívidas e serviços. Para garantir a efetiva alocação de recursos é assumida uma disciplina fiscal e uma austeridade na gestão pública para aumentar a receita e se obter superávits primários.

O Brasil tem sido um exemplo dessa conduta. A cada ano o orçamento federal reserva aproximadamente 50% para o pagamento de juros e serviços da dívida pública, ou seja, recursos diretamente comprometidos com o grande capital. Além disso, ocorre também um avanço desses capitais rumo aos percentuais restantes do orçamento público, uma vez que serviços públicos como educação, saúde e segurança são assediados por privatizações por meio de financiamento direto ou pela terceirização para as Organizações Sociais (OS).

O exemplo brasileiro se coaduna e reforça o argumento de Altvater (2010) acerca do papel desempenhado pela Troika⁴ na gestão da crise Europeia de 2008, na qual a austeridade recomendada remeteu a uma ditadura financeira e colocou em segundo plano, para os governos, os compromissos sociais essenciais para a superação da crise. A prioridade dos orçamentos foi o cumprimento dos compromissos de dívida assumidos com os credores internacionais, que tiveram o apoio de instituições multilaterais.

Se tais políticas de austeridade vêm impondo restrições à ação social de governos em favor do capital, antes de representarem uma pressão para o resgate do que entendem por débitos, cumprem o papel de renovar, a cada “acordo” de negociação, a

⁴ Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

relação de dependência dos países devedores com os credores privados. É, portanto, uma situação em que a dívida se destina a “regular o comportamento do devedor” (Zizek, 2015).

Esse papel do Estado é favorecido pelo argumento ideológico que o caracteriza como ineficiente, péssimo gestor e incapaz de prover adequadamente os serviços públicos. Portanto, sua reconfiguração passa pelo enxugamento da estrutura, privatização de empresas, incorporação de princípios de gestão adotados pela iniciativa privada, e até mesmo pelo financiamento dos capitais para assumirem serviços públicos. Desse modo, a gestão do Estado se integra à criação e circulação do capital e aos fluxos monetários, ao mesmo tempo em que, orientado pelos princípios da gestão privada, suas iniciativas buscam os mesmos resultados de monetários, mercantis e privatistas (Harvey, 2011).

Por se tratar de argumento ideológico, a ineficiência do Estado oculta o relevante papel que este desempenhou no processo de industrialização de países desenvolvidos, inclusive por meio de financiamentos, e do planejamento e organização, que historicamente corrigiram os rumos desorientados dos mercados livres (Idem).

A crise recente dos mercados foi mais uma evidência desse financiamento público à iniciativa privada. É a sociedade quem paga os custos decorrentes de mercados desregulamentados e de livre especulação financeira, características do modelo de acumulação capitalista que contou ainda com uma tecnologia que possibilita a realização de operações em instituições localizadas em diversas partes do mundo, principalmente em paraísos fiscais (Fattorelli, 2013).

A subordinação dos governos e de instituições multilaterais em favor do setor financeiro se evidencia mais ainda no critério adotado para a liberação de recursos para a superação da crise, que garante aos bancos a cobrança de juros elevados e obriga os países tomadores a seguirem receituários de ajuste econômico que acentuam os problemas sociais decorrentes do próprio salvamento de bancos e outras instituições financeiras. Trata-se, portanto, de um sistema de endividamento público que transfere recursos públicos para o sistema financeiro e perpetua o endividamento público tanto interno quanto externo (Fattorelli, 2013b).

No Brasil, no tratamento dado à crise de 2008, podem ser destacados alguns aspectos que reforçam esse papel, quando “algumas grandes empresas e instituições financeiras, que já apostavam no mercado de derivativos, contaram com forte ajuda

estatal, mais especificamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES” (Fattorelli, 2013:28).

Outro aspecto que pode ser considerado restritivo para a internalização do desenvolvimento desses países nos moldes adotados e preconizados pelos países de capitalismo avançado é a inviabilidade de sua universalização. A sedução do estilo de vida desses países centrais baseia-se no intenso consumo de recursos naturais. Com impactos socioambientais que são cada vez mais elevados, as restrições mantêm as assimetrias da relação desenvolvimento X subdesenvolvimento e inviabilizam a possibilidade de sua superação. Este aspecto foi antecipado por Celso Furtado em 1974 quando abordou o mito do desenvolvimento econômico.

Furtado (1974) entende que a acumulação capitalista liderada pelos países centrais exerce forte pressão sobre os recursos naturais, fazendo com que a idealização da extensão a todo o planeta do modo de vida que produz entre em contradição com seus limites naturais resultando numa exclusão de grandes massas que vivem nos países periféricos e que, portanto, não podem alcançar tais padrões, a despeito da criação de expectativas quanto à sua universalização.

Essa constatação é reforçada pelas vantagens competitivas que os capitais buscam nos países periféricos, que por sua vez oferecem benefícios para a atração de capitais que levam à precarização do trabalho comprometendo a renda e o consumo. Além disso, a radicalização desse modelo nos anos recentes, dentro do neoliberalismo, tem levado ao desmonte das políticas nacionais de desenvolvimento nos países periféricos e transferido a ação política para as empresas transnacionais que atuam a partir de seus interesses econômicos (Furtado, 1999).

O que Furtado entende por mito, Arrighi (1997) entende por ilusão. Isto porque os países centrais no capitalismo durante o século XX mantiveram-se praticamente os mesmos, a despeito de movimentos conjunturais de expansão da industrialização para os países semiperiféricos e periféricos. Alterações temporárias no padrão de desenvolvimento representaram muito mais o resultado de ações dos países centrais tanto em termos de economia quanto decorrentes de interesses geopolíticos. E a industrialização alcançada na semiperiferia e na periferia não tornou a economia dos países centrais mais frágeis em termos de poder global.

Assim, a desigualdade entre países ricos e pobres decorre da transferência de riquezas obtidas pela intensa exploração da força de trabalho e de recursos naturais em favor dos países dominantes, acentuando o subdesenvolvimento pela perda do

potencial produtivo tanto ecológico quanto cultural dos países explorados e gerando passivos ambientais para as regiões exploradas. A dependência tecnológica e a importação forçada de modelos de desenvolvimento compatíveis com a racionalidade econômica dos países centrais contribuem para que se mantenha essa relação (Leff, 2009).

Contudo, além de esses padrões de desenvolvimento não se universalizarem, a relação não se rompe e se torna viciosa, uma vez que as alternativas apresentadas tendem a reforçar a relação de dependência, condição acentuada pela atual globalização.

Como tentativa de resposta à degradação socioambiental, que alcança escala planetária, articula-se a ideia de um desenvolvimento que, sem abrir mão da hegemonia dos mercados, incorpora uma proposta de sustentabilidade que busca integrar os resultados econômicos com equilíbrio ambiental e justiça social.

Considerando-se, porém, que a aceleração competitiva é poupadora de mão de obra e tem contribuído diretamente para o aumento de problemas socioambientais em escala mundial, há que se considerar o alcance limitado dessa sustentabilidade. Isto porque sendo o mercado o determinante nas relações sociais e econômicas, este tende a subsumir a própria sociedade em favor da acumulação. Esse fato já era antecipado por Polanyi (2000: 94) ao afirmar, ainda na década de 1940, que:

[...] Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também do “homem” ligado a essa etiqueta. Despojados da capa protetora de instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios (...) e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas.

As consequências negativas em termos socioambientais da aceleração do modo capitalista de produção já estavam presentes em Marx e Engels no século XIX. A crítica destacou a alienação do homem com relação à natureza, o aumento da pobreza da maioria da população e a divisão entre campo e cidade (Foster, 2000).

Desse modo, o limite da sustentabilidade é a garantia do retorno proporcionado pelo mercado e sua proeminência se dá pela ótica de negócios regidos pela lógica do retorno financeiro em detrimento de demandas e necessidades não monetárias. E, diante da instabilidade gerada pela adoção dos princípios neoliberais,

que valorizam a produção e o consumo acelerados, exaurindo rapidamente o planeta, essa subordinação da sustentabilidade ao mercado limita a própria formulação de outros modos de desenvolvimento, pois “[...] mesmo reduzindo drasticamente os impactos ambientais [...] a produção econômica capitalista ainda é responsável pela segregação social, econômica e [...] ambiental da população da Terra” (Ribeiro apud Pinsky, 2005: 399). E dentro da ordem econômica hegemônica, a sustentabilidade é reduzida às questões ambientais, tratadas pela via da economia verde, que propõe soluções de mercado para problemas criados pelo mercado e abre espaço para o ecocapitalismo. Já as questões sociais tendem a ser negligenciadas ou limitadas a ações filantrópicas e a precarização do trabalho passa a ser justificada pela necessidade da competitividade, condição que é substituída pelo eufemismo do empreendedorismo⁵.

Ao pautar o desenvolvimento pela lógica da acumulação promove-se a insustentabilidade socioambiental. E a ideia de que é possível um desenvolvimento sustentável nos marcos da acumulação capitalista tem sido desmentida pelas evidências de degradação da vida no planeta que ameaça a biosfera e a própria espécie humana (Marques Filho, 2016).

A opção pelo desenvolvimento local (DL)

Segundo Tânia Fischer (apud Tenário, 2007: 89), o DL pode ser entendido sob duas perspectivas: da competição, na qual o determinante é a economia em que se privilegia o mercado, mas dentro de uma abordagem sistêmica que contempla capacitações, relações econômicas, instituições, etc.; e da cooperação que valoriza a cidadania, a inclusão, tanto na produção quanto no usufruto dos resultados, de setores marginalizados, sem, contudo, abandonar o aspecto econômico, mas subordinando-o a aspectos sociais, de escala local e autônomos.

Sob essa ótica, o DL parte de uma posição que questiona a ideia de que o mercado possui as condições adequadas para a superação das desigualdades sociais e requer, a despeito de seu suposto enfraquecimento, a ação estatal como agente desse processo. São enfatizadas as potencialidades do território que em articulação com o

⁵ Aqui, não se trata de ignorar iniciativas empreendedoras, mas de questionar a sua utilização como argumento ideológico que naturaliza a precarização do trabalho e a sua desregulamentação em favor da obtenção de vantagens competitivas que promovem um ataque aos direitos sociais dos trabalhadores. Nota nossa.

poder público, a sociedade civil e o mercado se projetam ações endógenas (Tenório, 2007).

Celso Furtado, na obra “Um projeto para o Brasil” de 1969, destacava que o desenvolvimento, mesmo limitado por aspectos exógenos, deveria considerar a autotransformação da coletividade humana. Ou seja, o ambiente externo seria uma condição presente, mas não suficiente para o desenvolvimento. Essa condição é reforçada pelo autor em “O capitalismo global” (2000), no qual aborda a noção de desenvolvimento como resgate de especificidades locais que incluam a dimensão cultural.

Já Silveira (2008) aponta quatro abordagens que se destacam no DL. A primeira afirma que nas dinâmicas capitalistas globais a noção de DL se torna inconsistente, pois se trata de levar a acumulação de capital à periferia do sistema, o que não deixa espaço para outras construções de desenvolvimento. A segunda enxerga o DL como um espaço de circulação alternativo aos fluxos que se apresentam mundializados. A terceira, em sentido inverso à segunda, entende o local como um espaço de inserção competitiva nesses fluxos. Por caminhos diferentes, ambas alternativas percebem o local como uma referência possível no atual contexto global. Já a quarta abordagem busca associar o local a um processo de globalização inclusiva, ou mesmo constituído por outras bases, nas quais o local é visto como espaço de fluxos que se constitui como espaço de produção de novos fluxos, de articulações sociais que produzam mudanças endógenas que possam até mesmo redundar na alteração do processo de globalização (in Dowbor, 2008: 42-43).

Albuquerque e Zapata (apud Zapata, 2007:64) argumentam que o desenvolvimento local é uma resposta dos diferentes territórios à exposição em que as economias locais se encontram no atual contexto de globalização.

Em resumo, é no contexto de predomínio da globalização dos mercados que o DL se apresenta com distintas perspectivas. Pode ter como perspectiva uma adesão à globalização e aceitação às regras de mercado, em que prioriza a capacitação endógena e a articulação de atores locais e busca o aproveitamento de oportunidades de fomento de projetos que promovam a competitividade; já num contexto de alternativas no ambiente global, pode buscar articular atores locais visando à construção de outros modos de desenvolvimento que, embora considerem o aspecto econômico, tentam evitar que este seja preponderante nas relações locais (Mello, 2014: 37;53).

Pelo exposto, apesar do confronto entre projetos de DL orientados pelo e para o mercado com projetos que buscam autonomia em relação à ordem estabelecida pelos ditos mercados, pode-se afirmar que o DL tende a operar dentro das regras estabelecidas pelo sistema capitalista em âmbito global, pois tanto o Estado como as agências de fomento desses processos atuam predominantemente a partir dos referenciais do mercado. No caso de países de capitalismo dependente o quadro é agravado pela posição subordinada que projetos de desenvolvimento ocupam no ambiente global, condição reforçada pelo papel que desempenham internamente na reprodução dessa ordem.

Assim, permanece a questão dos alcances e limites de autonomia que um processo de DL pode almejar dentro do contexto de uma globalização que submete Estados e os espaços locais às regras de mercado.

Arranjos produtivos locais (APL) como política pública de Desenvolvimento Local

A área de conhecimento sobre política pública surge em enfoques diferenciados nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto que no primeiro sua ênfase se dá na ação dos governos, sob o pressuposto de que em democracias ditas estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes, no segundo direciona-se para o entendimento acerca do papel do Estado e do governo como produtor de políticas públicas. Assim, a política pública busca “colocar o governo em ação”, por meio de programas e ações cujos resultados provoquem mudanças no mundo real (Souza, 2006).

Ressalte-se ainda que o debate sobre política pública é pressionado, também, pelas tensões sociais geradas pelo avanço do capitalismo e pela centralidade que a contradição da relação capital X trabalho adquire durante o século XX com a expansão socialista ao final da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, a formulação de políticas públicas para o estímulo ao desenvolvimento local tem sido viabilizada por meio de iniciativas, dentre as quais se destaca a formação de APL. De um modo geral, entende-se como APL o agrupamento de empresas que atuam numa atividade principal comum, dentro de um mesmo território. As empresas que o compõem compartilham iniciativas e interagem, mantendo, porém, a competição no negócio final. Os APL estimulam a cooperação

entre competidores, ou seja, a *coopetição*⁶, de modo a diminuir custos, obter ganhos de escala em processos unificados de compras, criação de identidade coletiva, entre outros aspectos. Como resultado, os APL buscam contribuir diretamente para o crescimento e desenvolvimento econômico e social das regiões em que estão instalados.

Mello e Silveira (apud Mello, 2014: 75), entendem que a expressão APL se aproxima de experiências análogas, de *clusters*, aglomerados, polos e distritos, e que devido ao destaque que suas iniciativas alcançaram no início dos anos 2000 foram incluídos no Plano Plurianual do período 2004-2007 do governo federal. Os APL estão também incluídos no Plano Plurianual para o período 2016-2019⁷, com destaque para apoio técnico e financeiro, capacitação de gestores, acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico, fortalecimento dos Núcleos Estaduais e os Comitês Gestores, competitividade e sustentabilidade.

A abordagem considera a interação entre diversos atores econômicos, políticos e sociais, abrangendo empresas produtoras e fornecedoras, trabalhadores, consumidores, organizações voltadas à formação, treinamento, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, apoio, regulação, financiamento cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação (Matos; Borin; Cassiolato, 2015).

Parte do entendimento que a competitividade envolve as capacidades associadas na cadeia de produção e comercialização, bem como a aplicação de informações e conhecimentos e a inserção de atores sociais do ambiente onde ocorre o processo produtivo (Idem).

O conceito de APL é resultado de trabalhos desenvolvidos pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) no final dos anos 1990⁸. Seus propositores argumentam que o conceito combina as contribuições sobre desenvolvimento da escola estruturalista latino-americana com a visão neo-schumpeteriana de sistemas de inovação, entendida como um processo essencial para a dinamização das estruturas produtivas e da economia. Mesmo que tal

⁶ *Coopetição*: termo definido por Nalebuff e Brandenburger (1996).

⁷ Conforme <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/anexo-i.pdf>, Acesso em 13/01/2016.

⁸ APL é um conceito derivado de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais também desenvolvido pela RedeSist.

articulação de conceitos tenha sido instintivamente realizada, a mesma de forma alguma se deu por acaso. (Matos; Borin; Cassiolato, 2015; Matos; Lemos in Lastres; Pietrobeli; Caporali; Soares; Matos, 2012; Matos; Cassiolato; Lastres, 2008).

A abordagem considera a interação entre diversos atores econômicos, políticos e sociais, abrangendo empresas produtoras e fornecedoras, trabalhadores, consumidores, organizações voltadas à formação, treinamento, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, apoio, regulação, financiamento cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação (Matos; Borin; Cassiolato, 2015; Matos; Lemos in Lastres; Pietrobeli; Caporali; Soares; Matos, 2012; Matos; Cassiolato; Lastres, 2008).

Parte do entendimento que a competitividade envolve as capacidades associadas na cadeia de produção e comercialização, bem como a aplicação de informações e conhecimentos e a inserção de atores sociais do ambiente onde ocorre o processo produtivo (Matos; Borin; Cassiolato, 2015).

A criação de APL tem sido estudada e apoiada por governos e instituições públicas e privadas no sentido de se constituírem num espaço de produção, cooperação, inovação e desenvolvimento de empresas e regiões, desde que efetivamente se articulem e tenham em vista o bem-estar do conjunto da sociedade. O desenvolvimento local sustentável, ou seja, o desenvolvimento que considere os resultados econômicos, a justiça social e a mitigação de problemas ambientais também emerge como questão relevante para os APL.

Algumas referências no tema são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, o Grupo de Trabalho Permanente de APL (GTP APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), rede de pesquisa interdisciplinar, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), instituição vinculada ao governo federal, e o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Conforme o MDIC, existem atualmente 726 APL que atuam em 52 setores produtivos no país⁹.

⁹ Conforme <http://portalapl.ibict.br/apls/index.html>, Acesso em 04/01/2016.

De acordo com o “Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais”¹⁰ do MDIC, um APL se caracteriza por um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilham formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas, médias e grandes empresas (2004: 5).

Constituem variáveis determinantes para a identificação de APL a concentração setorial de empreendimentos no território; a concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL; a cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes), em busca de maior competitividade; e a existência de mecanismos de governança. Para o Ministério, a opção estratégica pela atuação em APL se deve ao reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas e não a empresas individualizadas. Neste caso, o tamanho da empresa passa a ser secundário, pois o potencial competitivo dessas firmas advém não de ganhos de escala individuais, mas sim de ganhos decorrentes de uma maior cooperação entre essas firmas. Sob esta ótica, os APL são considerados uma importante fonte geradora de vantagens competitivas, principalmente quando estas são construídas a partir do enraizamento de capacidades produtivas e inovativas e do incremento do capital social oriundo da integração dos atores locais (2004: 8).

Os estudos, proposições de atuação e financiamentos para APL são fundamentalmente conduzidos pelo GTP APL. Atualmente 34 instituições públicas ou financiadas com recursos públicos compõem o GTP APL, que concentra sua atuação em 324 APL indicados pelos Núcleos Estaduais de Apoio. A intenção é atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional¹¹. A cada dois anos o GTP APL organiza a Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais. São abordados diversos temas sobre o desenvolvimento de APL no país. Empresários, líderes setoriais, acadêmicos, gestores de APL, representantes dos Núcleos Estaduais de APL e de instituições governamentais de apoio aos APL de todo o Brasil participam e compartilham experiências, divulgam resultados, debatendo e realizando parcerias.

¹⁰ Conforme http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf, Acesso em 22/11/2012.

¹¹ Conforme http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/gtp_apl/gtp_apl.html, Acesso em 06/01/2016.

O SEBRAE é um serviço social autônomo, criado pela Lei nº 8.029, de 12.04.90 e pelo Decreto nº 99.570, de 09.10.90. Seus recursos são fundamentalmente provenientes de percentual arrecadado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e têm como objetivo primordial apoiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas por meio de projetos que visem ao seu aperfeiçoamento técnico, racionalização, modernização e capacitação gerencial¹², voltados para a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. No âmbito dos APL o SEBRAE elaborou em 2003 um “Termo de Referência”, no qual entende que os APL devem estimular processos locais de desenvolvimento, facilitando a conexão com os mercados, a sustentabilidade, a promoção de um ambiente de inclusão, a elevação do capital social, a democratização do acesso aos bens públicos, a preservação do meio ambiente, a valorização do patrimônio histórico e cultural, o protagonismo local, a integração com outros atores, a mobilização de recursos endógenos e a atração de recursos exógenos (2003: 15-16)¹³. Nesse sentido o sucesso de um APL é medido além dos resultados econômicos de sua atividade. O SEBRAE destaca ainda a expansão da democracia, a inclusão social e a participação social como aspectos essenciais dos resultados de um APL.

Síntese dos resultados da pesquisa

A pesquisa (Roedel, 2016) constou de análise documentos referenciais e de entrevistas com representantes de instituições públicas que formulam o DL por meio de APL. Buscou-se identificar a presença de uma abordagem crítica do modelo predominante de desenvolvimento e da proposição de outros modos de se construir uma agenda de desenvolvimento a partir do espaço local. Embora nos documentos referenciais e nas entrevistas tenha havido referências à participação política da sociedade civil, a preocupação com aspectos socioambientais e a valorização da inclusão social por meio dos resultados dos APL, constatou-se um forte predomínio da perspectiva econômica por meio da inserção competitiva nos mercados tanto em

¹² Conforme http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99570.htm, Acesso em 18/12/2015.

¹³ No *Termo de Referência* (2003), o Sebrae entende sustentabilidade como um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades autogenerativas. Não há menção explícita aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

nível nacional como internacional, principalmente devido à ênfase dominante da globalização.

A centralidade é a do mercado e os representantes públicos a reforçam, mesmo sendo amplamente majoritários nas instâncias de formulação e orientação das ações nos APL. A representação da sociedade civil está restrita a representações empresariais. Movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores são excluídos ou participam apenas pontualmente, sem interferência na formulação do modelo. Não se identificou espaço para se construir uma outra agenda de desenvolvimento.

Percebeu-se uma grande atenção aos APL como instrumento de políticas públicas, nas quais diversos ministérios e agências governamentais têm atuação destacada. Novamente, prevalece o estímulo a ações voltadas para empresas como mecanismo de desenvolvimento local. Não foram identificadas ações propostas para APL dentro de outro escopo, apesar das premissas enfatizarem a valorização do território, da cultura e da identidade territorial.

Como condição para a obtenção de vantagens competitivas o modelo de DL adotado se baseia na visão neoschumpeteriana de sistemas inovativos, que preconizam a interação entre a inovação e o aprendizado para uma competitividade sustentada. Assim, o modelo de DL que expressam se coaduna com o projeto hegemônico da fase neoliberal do capitalismo, pois reproduz o modo global de competição no espaço local. Embora iniciativas coletivas, empreendedoras, de valorização do capital social e da formação de redes e de microdecisões que promovam o desenvolvimento, constem da proposição de seus agentes, o que predomina é o abandono da perspectiva crítica da sociedade em favor da busca da sinergia nas ações de grupos que compartilham valores e identidade. Assim, as classes sociais são ignoradas e se ressalta a ideia de comunidade (Brandão, 2007).

Sob essa ótica, “A ação pública deve prover externalidades positivas, desobstruir entraves microeconômicos e institucionais, [...] regular e, sobretudo, desregular, a fim de garantir o marco jurídico e o sistema normativo, atuando sobre as falhas de mercado” (Brandão, 2007: 46-47).

Outro aspecto a ser considerado é com relação ao enfoque de DL que resgata o pensamento de Schumpeter e orienta a fundamentação dos APL. Para Furtado (2009) a visão schumpeteriana se apresenta como uma abordagem universal, independente do tempo, das condições históricas, existindo isolado do mundo. Remete a ideia de empreendedorismo a um pretenso dom do indivíduo, deslocando-o das condições

materiais inerentes à ordem capitalista. Mas a inovação presente na atividade empreendedora não é necessariamente um fruto do ‘espírito de empresa’, como o concebe Schumpeter, é muitas vezes o resultado do esforço de empresas para encontrar aplicações para os recursos que se lhes acumulam automaticamente (Furtado, 2009, p. 70;71;73-74).

Ao criarem políticas públicas para o DL por meio de APLs os governos estão financiando empresários para que estes promovam o desenvolvimento como resultado do êxito da ação empresarial, apesar da proposição de um protagonismo local. Desconsideram, portanto, realidades locais que possam apontar para outros caminhos que não sejam subordinados aos interesses estritamente mercantis.

Reproduzem, assim, a trajetória predominante do desenvolvimento no país no século XX, que em diversos momentos desconsiderou a autonomização do local em favor de uma ideologia de inserção baseada na negação dos aspectos locais histórico-culturais e de identidade e na assunção de projetos exógenos.

Concluindo, as proposições de desenvolvimento local por meio de APL têm como premissa fundamental o aspecto econômico, que orienta as políticas públicas em âmbito nacional e estadual. Conflitos e assimetrias são desconsiderados e, portanto, induzem uma abordagem restrita de desenvolvimento e de harmonia como pressuposto da sociedade local.

Considerações finais

Nos marcos do sistema capitalista desenvolvimento significa a expansão permanente do capital a todos os ambientes sociais. Quanto mais um país capitalista se torna desenvolvido, mais reproduz o modo capitalista de produção. Não significa, portanto, necessariamente, uma mudança qualitativa que produza uma melhoria no bem estar geral das populações dos países (Imbiriba, 2016).

Além disso, a imposição da ordem global neoliberal tenta apresentar o pensamento único do triunfo dos mercados e de que pela capacitação para a obtenção de vantagens competitivas os países alcançarão o desenvolvimento. Fora desse modelo não há alternativa. Aliás, não há outro modelo, pois nessa perspectiva, o mundo é plano numa realidade de fim da história.

No caso específico do Brasil deve-se adicionar que o modo pelo qual se formou e consolidou a burguesia nacional, vinculada e tributária do modelo de capitalismo dependente, historicamente limitou a constituição de projetos de

desenvolvimento que preconizassem alguma autonomia, mesmo dentro da ordem capitalista.

Assim, do mesmo modo que a globalização neoliberal não eliminou essas condições históricas de dependência, os processos de desenvolvimento no país não dissiparam essas condições de inserção subordinada, e ainda reproduzem, internamente, modelos dependentes, como é o caso da proposição de políticas públicas de DL por meio de APLs.

As pesquisas realizadas identificaram que o caráter restrito e excludente se insere num modelo de DL construído fora do local. Circunscrita à aplicação em políticas públicas para APL, a imersão no tema identificou que este protagonismo se limita apenas ao exercício da liderança em assumir a execução do modelo de desenvolvimento competitivo, definido de modo exógeno, e reprodutor do modelo hegemônico.

Por isso é restrito e a exclusão, que não se limita aos movimentos sociais e representantes dos trabalhadores, mas exclui o próprio local como protagonista, está inserida na proposta de política pública de DL para os APL.

Para ser efetivamente uma política pública de desenvolvimento com protagonismo local, sua concepção deveria partir da realidade local, com suas necessidades, demandas, ativos, prioridades e diversidades.

Embora haja literatura produzida pelos seus formuladores em que se destaca a importância de se apoiar a inclusão social e a geração de trabalho e renda, estas são acessórias à competitividade, uma vez que são entendidas como passíveis de ser alcançadas por meio dos resultados do desenvolvimento econômico ou limitadas a projetos específicos. E esperar o transbordamento no local dos resultados econômicos positivos contraria evidências, aqui apresentadas, de que na atual financeirização da economia, os resultados alcançados pela ação empresarial não são necessariamente reinvestidos na produção e geração de empregos e empresas que conseguem bons resultados econômico-financeiros não necessariamente promovem o desenvolvimento do entorno em que atuam.

Ademais, a ênfase adotada em sistemas inovativos também desconsidera que a inovação, cada vez mais financiada por recursos públicos, tem gerado lucros privados e prejuízos socializados.

Do mesmo modo, requisitos socioambientais que têm sido incluídos nas proposições de políticas públicas para os APL, quando subordinados aos ditames dos

mercados, são reduzidos ao mínimo ou eliminados para não comprometerem a competitividade dos negócios, conforme esta pesquisa procurou demonstrar. Trata-se, portanto de mais do mesmo, sem alteração consistente nas bases tradicionais que orientam as ideias hegemônicas de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- Arrighi, Giovanni, 1997. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bonente, Bianca Imbiriba, 2016. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff.
- BRANDÃO, Carlos Antônio, 2007. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- Breiser-Pereira, Luiz Carlos, 2010. As três interpretações da dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48.
- Britto, Jorge Nogueira de Paiva (coordenador)., s/d. Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil - Relatório Final Síntese dos Resultados, Conclusões e Recomendações – Rio de Janeiro. RedeSist.
- Dos Santos, Theotônio, 2015. Teoria da dependência – balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular.
- _____, 2007. Del terror a la esperanza: Auge y decadencia del neoliberalismo. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana.
- _____, 1991. Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes.
- _____, 1997. O papel do Estado num mundo em globalização – textos para discussão – 20. UFF.
- Dowbor, Ladislaw (org), 2008. Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Fattorelli, Maria Lúcia, 2013. Auditoria cidadã da Dívida dos Estados. Brasília: Inove.
- _____, 2013b. Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos. Brasília: Inove Editora,.
- Fernandes, Florestan, 2009. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global.
- Foster, John Bellamy, 2000. La ecología de Marx: materialismo y naturaleza. Espana: El Viejo Topo.

Furtado, Celso, 2009. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.

_____, 1999. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____, 1984. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____, 1974. O mito do desenvolvimento econômico. Paz e Terra coleção Leitura 3ª edição.

Lastres, Helena M. M.; Pietroboli, Carlo; Caporali, Renato; Soares, Maria C. C.; Matos, Marcelo G. P. (org), 2012. A nova geração de Políticas de Desenvolvimento Produtivo – sustentabilidade social e ambiental. Brasília: CNI.

Leff, Enrique, 2009. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes.

Manual de apoio aos Arranjos Produtivos Locais. MDIC, 2006.

Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2006.

Marini, Ruy M., 2000. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis-RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.

Marques, Ana Paula; Moreira, Rita, 2012. Governança e territorialidades: lógicas e práticas na administração local. Ed. Húmus, Lda.

Marques Filho, L. C., 2016. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas, SP: Unicamp.

Matos, Marcelo G. P.; Borin, Elaine; Cassiolato, José Eduardo (org.), 2015. Uma década de evolução dos arranjos produtivos locais. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio. Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Brasília, 2004.

Mello, Ricardo Ferreira de, 2014. Métodos participativos e a pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Nalebuff, Barry J. e Brandenburger, Adam M., 1996. Co-opetição. Rio de Janeiro: Rocco.

Oficina Regional de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais. GTP APL. Brasília: MDIC, sd.

Oliveira, Francisco, 2001. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV.

ONU – Organização das Nações Unidas. O futuro que queremos. 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf>.

Polanyi, Karl, 2000. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Elsevier.

Roedel, Daniel, 2016. Governança: protagonismo local ou busca de consentimento? Um estudo sobre o modelo referencial de Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio de Janeiro. Tese para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10303

Schumpeter, Joseph A., 1967. Teoria Del desenvolvimento econômico. México – Buenos Aires: Fondo de cultura.

_____, 1961. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Publicado on line pela ordemlivre.org.

Silva, Manuel Carlos; Marques, Ana Paula e Cabecinhas, Rosa, 2005. Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso. Braga, Portugal: Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho e Inovação à Leitura.

SEBRAE, 2003. Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. Brasília.

Souza, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>

Tenório, Fernando G. (org), 2007. Cidadania e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed Unijuí, 2007.

Zapata, Tania (org.), 2007. Desenvolvimento local e participação social. Recife: IADH.

Zizek, Slavoj; Horvat, Srečko, 2015. O que quer a Europa? Lisboa: Relógio D'Água Editores.